



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

IV PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, *LATO* OU *STRICTO SENSU*, DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na **Folha de Respostas da Prova Objetiva** que você recebeu.

Você deve:

- Procurar, na **Folha de Respostas da Prova Objetiva**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **Folha de Respostas da Prova Objetiva**, conforme o exemplo:



Atenção!

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impresso, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas constantes do presente Caderno de Prova Objetiva, a questão discursiva constante do Caderno de Prova Discursiva e escolhida pelo candidato e, ainda, preencher as correspondentes folhas de respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

1) Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale alternativa correta:

- a) Os efeitos temporais da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo são imediatamente cessados quando o STF decidir em sentido oposto em controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral.
 - b) É constitucional norma estadual que confere à Defensoria Pública o poder de requisição para instaurar inquérito policial.
 - c) Jornal não poderá acessar dados sobre mortes registradas em ocorrências policiais.
 - d) A Constituição Estadual pode disciplinar sobre intervenção estadual de forma diferente das regras previstas na Constituição Federal.
-

2) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos ambientais e a polícia militar de destruírem e inutilizarem bens particulares apreendidos em operações de fiscalização ambiental.
 - b) Lei estadual pode criar um cadastro de pessoas que usam drogas.
 - c) É constitucional a regra do Código de Trânsito que impõe a aplicação de multa e demais infrações administrativas aos motoristas que se recusem a fazer teste do bafômetro, exames clínicos ou perícias visando aferir eventual influência de álcool ou outra substância psicoativa.
 - d) Se a parte recebeu benefício previdenciário ou assistencial por força de decisão judicial precária que, posteriormente, foi revogada, ela terá que devolver as quantias.
-

3) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) Não cabe reclamação contra decisão judicial que determina retirada de matéria jornalística de site.
 - b) A incitação de ódio público feita por líder religioso contra outras religiões pode configurar o crime de calúnia.
 - c) É garantida a estabilidade à empregada gestante mesmo que no momento em que ela tenha sido demitida pelo empregador ele não soubesse de sua gravidez.
 - d) Não se aplica ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade a norma que concede prazo em triplo à Fazenda Pública.
-

4) Com fundamento na Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, à Procuradoria-Geral do Estado, órgão integrante da Governadoria do Estado, não compete:

- a) Promover, juntamente com o Ministério Público, a cobrança da dívida ativa estadual.
 - b) Promover a realização de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado.
 - c) Promover a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito de sua competência.
 - d) Integrar o Conselho Administrativo Tributário do Estado de Goiás, na forma da legislação pertinente.
-

5) Com base na Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, são atribuições do Procurador-Geral, sem prejuízo de quaisquer outras previstas em lei ou regulamento:

- a) Dirigir a Procuradoria-Geral de Justiça, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação.
 - b) Propor ao Governador do Estado a anulação de atos administrativos da Administração Pública.
 - c) Receber citações, intimações e notificações judiciais endereçadas ao Estado de Goiás, apenas nas Ações Cíveis Públicas.
 - d) Avocar a defesa de interesse da Fazenda Estadual em qualquer ação ou processo, bem como a defesa de entidade da administração indireta, quando determinado pelo Governador do Estado, desde que este seja autorizado pela Assembleia Legislativa.
-

6) Não possui legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) O Presidente da República.
 - b) A Mesa do Senado Federal.
 - c) O Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal.
 - d) O Procurador-Geral do Estado.
-

7) Acerca dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 - c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
-

8) Sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, independente da legislação fiscal e orçamentária.
 - b) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à paternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
 - c) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - d) Não é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
-

9) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública pode prestar assistência jurídica às pessoas jurídicas que preencham os requisitos constitucionais.
 - b) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - c) É incompetente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
 - d) Não é possível que a Constituição do Estado preveja iniciativa popular para a propositura de emenda à Constituição Estadual.
-

10) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se pode declarar a inconstitucionalidade formal da lei sob o argumento de que houve mero descumprimento das regras do regimento interno, sendo indispensável o desrespeito às normas constitucionais que tratam sobre o processo legislativo.
 - b) É possível que o Juiz de primeiro grau, fundamentadamente, imponha a parlamentares municipais as medidas cautelares de afastamento de suas funções legislativas sem necessidade de remessa à Casa respectiva para deliberação.
 - c) A Casa Legislativa tem o direito de decidir quando usar o rito de urgência na apreciação dos projetos de lei, e o Poder Judiciário não deve interferir nisso por se tratar de matéria interna corporis.
 - d) Parlamentar, sem a aprovação da Mesa Diretora, não pode, na condição de cidadão, ter acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo dos órgãos públicos.
-

PROCESSO CIVIL

11) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não há prorrogação do término do prazo recursal se ocorrer eventual indisponibilidade do sistema eletrônico no Tribunal no curso do período para interposição do recurso.
 - b) É admissível a reconvenção sucessiva, também denominada de reconvenção à reconvenção, desde que a questão que justifique a propositura tenha surgido na contestação ou na primeira reconvenção.
 - c) Se a parte que opôs os embargos de declaração desistiu desse recurso, significa dizer que os embargos interromperam o prazo para a interposição de outros recursos.
 - d) Quando devida a verba honorária recursal, e o relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado arbitrá-la, inclusive de ofício.
-

12) Acerca dos títulos executivos extrajudiciais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.
 - b) Os títulos executivos judiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.
 - c) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal é um título executivo extrajudicial.
 - d) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
-

13) Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- a) A União, pela Advocacia-Geral da União, apenas diretamente.
 - b) O Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores ou advogados dativos.
 - c) O Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
 - d) A pessoa jurídica, por quaisquer de seus sócios.
-

14) Acerca do instituto da citação, previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.
 - b) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta, mas não a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.
 - c) A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.
 - d) A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
-

15) Sobre a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
 - b) O juiz poderá, somente a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
 - c) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
 - d) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, apenas nas capitais.
-

16) Acerca da Lei do Mandado de Segurança, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar.
 - b) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.
 - c) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, quando notificado judicialmente.
 - d) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
-

17) Sobre a Lei da Ação Civil Pública, não tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- a) O Ministério Público.
 - b) A autarquia, empresa privada, fundação ou sociedade de economia mista.
 - c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - d) A Defensoria Pública.
-

18) Acerca da previsão no Código do Processo Civil sobre a advocacia pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aplica-se o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
 - b) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
 - c) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
 - d) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
-

19) Conforme o art. 6º da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, a Fazenda Pública pleiteará a medida cautelar fiscal em petição devidamente fundamentada, que indicará, exceto:

- a) O Juiz a quem é dirigida.
 - b) A qualificação e o endereço, se conhecido, do requerido.
 - c) As provas que serão produzidas.
 - d) O requerimento para intimação.
-

20) Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido.
 - b) As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.
 - c) Não havendo previsão orçamentária no exercício financeiro para adiantamento dos honorários periciais, eles serão pagos no exercício seguinte ou ao final, pelo vencedor, caso o processo se encerre depois do adiantamento a ser feito pelo ente público.
 - d) Quando, a requerimento do réu, o juiz proferir sentença sem resolver o mérito, o autor não poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários a que foi condenado.
-

ADMINISTRATIVO

21) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
 - b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
 - c) Se o servidor público estadual está respondendo a PAD e pede a concessão de aposentadoria, a tramitação do requerimento ficará suspensa até a conclusão do PAD, mesmo que isso não esteja previsto na lei estadual; aplica-se, por analogia, o art. 172 da Lei 8.112/90.
 - d) A administração pública, quando se vê diante de situações em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão e de cassação de aposentadoria de servidor, dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa.
-

22) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) Não há óbice para que a autoridade administrativa apure a falta disciplinar do servidor público independentemente da apuração do fato no bojo da ação por improbidade administrativa.
 - b) Há impeditivo legal de que a comissão de inquérito em processo administrativo disciplinar seja formada pelos mesmos membros de comissão anterior que havia sido anulada.
 - c) Não é possível o cumprimento imediato da penalidade imposta ao servidor logo após o julgamento do PAD e antes do julgamento do recurso administrativo cabível.
 - d) A instauração de processo disciplinar contra servidor efetivo cedido deve ocorrer, sempre, no órgão em que tenha sido praticada a suposta irregularidade.
-

23) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ainda que seja nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, é devido o pagamento pelos serviços prestados, desde que comprovados, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.
 - b) Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
 - c) Ainda que ausente a boa-fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem margem alguma de lucro.
 - d) A Petrobras, e demais sociedades de economia mista que explorem atividade econômica própria, são obrigadas a fazer licitação, e as regras do procedimento licitatório são as da Lei 8.666/93.
-

24) Acerca da previsão na Lei nº 14.133/2021 sobre licitação, assinale a alternativa correta:

- a) Concurso é o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.
 - b) Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final durante a realização dos diálogos.
 - c) Credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
 - d) Pré-qualificação é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
-

25) Com base na Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório não tem por objetivo:

- a) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
 - b) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
 - c) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
 - d) Incentivar a inovação e o desenvolvimento regional sustentável.
-

26) Com fundamento na Lei Estadual nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, é um requisito básico para investidura em cargo público:

- a) Gozo dos direitos políticos.
 - b) Nacionalidade brasileira nata.
 - c) Quitação com as obrigações militares ou eleitorais.
 - d) Nível de escolaridade sempre superior ou habilitação legal exigidos para o exercício do cargo.
-

27) Conforme a Lei Estadual nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, não é forma de provimento de cargo público:

- a) Nomeação.
 - b) Readaptação.
 - c) Reintegração.
 - d) Exoneração.
-

28) Conforme a Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, no convênio fica resguardada a natureza do dinheiro público, gerando a obrigação de prestação de contas ao concedente e deste aos órgãos de controle interno e externo, distinguindo-se dos contratos pelos seguintes principais traços característicos, exceto:

- a) Impossibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste.
 - b) Igualdade jurídica dos partícipes.
 - c) Não persecução da lucratividade.
 - d) Diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe.
-

29) Sobre tema do processo administrativo disciplinar previsto no art. 235 da Lei Estadual nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, concluída a instrução e apresentada a defesa escrita, a comissão processante elaborará o relatório final, no qual deverão constar:

- a) As informações sobre a instauração do processo.
 - b) O resumo das peças principais dos autos, sem especificação objetiva dos fatos apurados, das provas coletadas e dos fundamentos jurídicos de sua convicção.
 - c) A conclusão sobre a inocência ou responsabilização do acusado, sem a necessidade da indicação do dispositivo legal infringido.
 - d) A indicação das penalidades aplicáveis, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes e de aumento de penalidade, no caso de conclusão pela inocência do acusado.
-

30) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, o Estado não tem responsabilidade civil por atos praticados por presos foragidos, inclusive quando demonstrado nexos causal indireto.
 - b) Em regra, o Estado responde de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública.
 - c) As ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, ocorridas durante o regime militar, são prescritíveis.
 - d) O hospital que deixa de fornecer o mínimo serviço de segurança, contribuindo de forma indireta e genérica para homicídio praticado em suas dependências, responde objetivamente pela conduta omissiva.
-

31) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não ocorre renúncia tácita à prescrição, a ensejar o pagamento retroativo de parcelas anteriores à mudança de orientação jurídica, quando a Administração Pública reconhece administrativamente o direito pleiteado pelo interessado.
 - b) Pandemia, crise econômica e limite prudencial atingido para despesas com pessoal não são motivos suficientes para se deixar de nomear o candidato aprovado dentro do número de vagas do concurso público.
 - c) Lei municipal não pode proibir a administração pública de realizar contratos com parentes até o terceiro grau de agentes públicos eletivos ou em cargos de comissão.
 - d) Administração Pública deve descontar os dias não trabalhados por servidor público em greve.
-

DIREITO TRIBUTÁRIO

32) De acordo com o art. 151 do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- a) O financiamento.
 - b) O depósito do seu montante parcial.
 - c) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - d) As reclamações, mas não os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
-

33) De acordo com o art. 181, II do Código Tributário Nacional, a anistia não pode ser concedida limitadamente:

- a) Às infrações da legislação relativa a determinado tributo.
 - b) Às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, desde que conjugadas com penalidades de outra natureza.
 - c) A determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
 - d) Sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.
-

34) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
 - b) As taxas municipais de fiscalização e funcionamento não podem ter como base de cálculo o número de empregados, mas somente o ramo de atividade exercida pelo contribuinte.
 - c) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - d) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.
-

35) Com fundamento nos arts. 145 e 147 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos genéricos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
 - b) Excepcionalmente, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
 - c) As taxas sempre poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - d) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
-

36) Conforme o art. 146 da Constituição Federal de 1988, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, exceto sobre:

- a) Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
 - b) Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
 - c) Definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de grande porte.
 - d) Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
-

37) Com fundamento no Art. 100 do Código Tributário Nacional, são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, exceto:

- a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades judiciais.
 - b) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
 - c) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
 - d) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
-

38) Acerca da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, assinale a alternativa correta:

- a) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código Civil.
 - b) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, não constituindo a não tributária.
 - c) Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - d) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei, jamais por contrato.
-

39) Sobre a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, marque a alternativa incorreta:

- a) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.
 - b) As publicações de atos processuais poderão ser feitas resumidamente ou reunir num só texto os de diferentes processos.
 - c) O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
 - d) Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, com ônus para as partes.
-

40) De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre:

- a) O patrimônio e a renda uns dos outros, mas não os serviços.
 - b) Templos de qualquer culto.
 - c) O patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, exceto suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados no CTN.
 - d) Livros, jornais, periódicos, ressalvado o papel destinado a sua impressão.
-



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

IV PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, *LATO* OU *STRICTO SENSU*, DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

CADERNO DE PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

- Não assine nem identifique a prova em nenhum local da folha de resposta. A identificação implica anulação da prova e eliminação do candidato.
- **A Prova Discursiva, de caráter classificatório, conterà 2 (duas) questões e o candidato deverá escolher apenas 1 (uma) delas para discorrer na folha de resposta escrita, que conterà 30 (trinta) linhas, não sendo consideradas eventuais anotações que excedam tal limite.**
- Na avaliação da Prova Discursiva, serão analisadas a capacidade de interpretação do candidato, exposição lógica e argumentativa, correção gramatical e demonstração de conhecimento sobre o tema abordado.
- A Prova Discursiva será avaliada com nota de 0,0 (zero) a 60,0 (sessenta) pontos.
- É vedada qualquer espécie de consulta, bem como o ingresso de candidato na sala de prova portando material impresso e aparelhos eletrônicos de comunicação e/ou receptores de mensagens.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FOLHA DE RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	